

litico. No fundo da compreensão deste radicalismo laicista pode muito bem estar subjacente, mais consciente ou mais subconscientemente, a memória histórica daquele passado medieval.

O presente estudo – incidindo sobre três grandes figuras representativas da filosofia política no século XIV, ao tempo do conflito entre o Papado e Império Romano-Germânico, cada qual arrogando-se a liderança da cristandade – traz à luz as respectivas concepções sobre a relação entre o poder espiritual e o poder temporal: génese de cada qual, sua legitimação, sua esfera própria de actuação e seus limites.

Começa por um longo capítulo (pp. 11-63) de contextualização histórica. Nele, o autor estuda o conflito que, na primeira metade do séc. XIV, envolveu o Papado com vários reinos europeus; mas também, em especial, o conflito do mesmo Papado com boa parte da Ordem Franciscana e a génese do pensamento político franciscano. O segundo capítulo é dedicado à trajectória de vida de cada um dos três pensadores em estudo, com posições por vezes diametralmente opostas, a pesar de arrimados às mesmas fontes essenciais: Sagrada Escritura e Aristóteles. As respectivas formulações, com a correspondente argumentação, são apresentadas nos capítulos terceiro e quarto, com a preocupação de ilustrar as ideias expostas com numerosas passagens das obras dos três autores em estudo.

O livro está largamente documentado, com abundantes notas de rodapé, onde também é referida muita bibliografia, com evidente utilidade para quem deseje prosseguir e aprofundar estudos sobre as matérias aqui versadas.

JORGE COUTINHO

HISTÓRIA / BIOGRAFIA

STEIN, Edith, **Correspondance I (1917-1933)**, Introduction, traduction et notes par Cécile RASTOIN, coll. «Oeuvres steiniennes», Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr) / Ad Solem (www.ad-solem.com) / Éditions du Carmel (www.editionsducarmel.fr), Paris, 2009, 770 p., 215 x 145, ISBN 978-2-204-08807-7.

Estamos perante uma edição crítica das cartas de Edith Stein no período indicado no título, entre o fim da sua tese de doutoramento (1917) e a sua entrada no Carmelo de Colónia (1933). Elas constituem porventura a melhor fonte para o conhecimento da vida íntima e pessoal da autora. Mas comportam igualmente numerosas informações sobre o movimento fenomenológico, os círculos feministas, as actividades católicas e a perseguição aos judeus. No seu conjunto, além de um «auto-retrato» ao vivo, por elas passam muitos aspectos da vida na época entre as duas grandes guerras: sociológicos, pedagógicos, feministas, filosóficos, com relevo para a fenomenologia.

Na sua Introdução (pp. 7-35), Cécile Rastoin procura esboçar, ela mesma, os grandes traços da fisionomia espiritual de Edith Stein: a europeia empenhada na política, idealista e lúcida; a mulher avara em confidências; as suas ligações ao círculo de Göttingen, a sua admiração por Adolf Reinach e as suas relações com Edmund Husserl e Max Scheler; o carácter empenhado (*engage*) do seu ensino; o seu papel de conferencista católica, especialista na condição feminina; o seu jeito de pedagoga.

O volume está enriquecido com vários contributos de interesse, tais como: uma

tábua de referência cronológica muito detalhada dos factos da vida de Edith Stein ou com ela relacionados; o relatório de E. Husserl sobre a sua dissertação de doutoramento; um índice de nomes e outro de obras mencionadas e de certos temas e lugares.

JORGE COUTINHO

KÜNG, Hans, **Une vérité contestée. Mémoires II (1968-1980)**, coll. «Théologies», Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr), Paris / Les Éditions Novalis, Montréal, 2010, 731 p., 240 x 150, ISBN 978-2-204-08855-8 (Cerf) / 978-2-89646-166-0 (Novalis).

No presente volume, Hans Küng dá continuidade ao anterior (*Mon combat pour la liberté. Mémoires I*), de que demos notícia nesta revista (cf. *Theologica* 42, 1 (2007) 175-176). O título sugere a fase de tensão com a hierarquia romana e os seus paradigmas de Igreja e de pensamento teológico, que considerou demasiado centralizadores e clericalizados e de que achou por bem distanciar-se, mesmo pagando com o seu afastamento do ensino nas universidades da Igreja. Mas, como confessa também, ganhando a liberdade necessária para uma diferente interpretação dos sinais do tempo e para se consagrar aos grandes problemas que já então o preocupavam: a unidade das Igrejas, a paz entre as religiões e a comunidade das nações. Nisso reconhece a sua diferença em relação ao velho companheiro Joseph Ratzinger, de quem toma, como mote para o seu Prólogo, uma citação onde este reconhece, por seu lado, que as diferenças entre os dois em nada prejudicam a simpatia mútua nem a capacidade de colaboração através delas. Está-se, afinal – ou estava-se –, como ele diz, perante duas maneiras diferentes de

ser católico e também de ser teólogo (cf. pp. 25-27).

Não deixa de ser, por isso, interessante acompanhar as vicissitudes de uma fase da vida em que Hans Küng escreveu algumas das suas obras mais significativas e também mais polémicas – *Infalível? Uma interpretação* (1970), *Ser cristão* (1974) e *Existe Deus?* (1981) –, ao mesmo tempo que percorre largos caminhos do mundo, alargando a sua visão das coisas, enquanto o seu companheiro Ratzinger inicia a sua carreira eclesiástica que acabará por o colocar, mais tarde, na cadeira de Pedro.

Não obstante as duras provações a que foi sujeito por parte da sua Igreja, Küng narra aqui, com dignidade e objectividade, um importante período da sua vida. E não perde a oportunidade para, através de múltiplos pormenores e de uma documentação excepcional e de primeira mão, oferecer ao leitor abundante informação sobre os modos de funcionamento e as práticas de administração do Vaticano.

Na verdade, este livro não é, como explica e como se pode verificar pelo texto, uma biografia intelectual «tout court». Küng faz passar diante dos olhos do leitor o filme da vida do seu tempo em que se imbricam a sua própria vida e pensamento, a vida da Igreja e a da época em referência, a recordação dos seus escritos e da sua recepção, as suas crónicas e as suas viagens. Percorrendo as suas páginas, deparamos com memórias do que considera algumas «provocações romanas» (endurecimento do poder, encíclica sobre o celibato, «credo do povo de Deus», decreto sobre os casamentos mistos, encíclica *Humanae vitae*). 1968 é lembrado como um «ano crítico»: revolução de Maio de 68, assassinato de Luther King, processo inquisitorial da cúria romana sem acesso aos dados, morte e ressurreição do jornal *Publik*, combate em torno do celibato sacerdotal, etc. Vêm, em